

CONTRATO Nº 21/2018

Através do presente instrumento de contrato, de um lado a **MUNICÍPIO DE TACIBA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 55.354.302/0001-50, com sede administrativa à Praça Padre Félix, 80 – Centro, na cidade de Taciba, Estado de São Paulo neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Alair Antônio Batista**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa **LUIZ CARLOS BENTO TACIBA ME**, inscrita no CNPJ nº 04.861.723/0001-36, com sede no Sítio São José, s/n KM 03 – Bairro Formiga – Taciba, representada por Luiz Carlos Bento, RG: 13104144 SSP/SP e CPF: 044.490.568-50, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, consoante as disposições nas Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, resolvem firmar o presente contrato, sob os termos e condições estabelecidas nas cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da aquisição, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato os documentos do Edital de Pregão nº 08/2018, constantes do Processo nº 13/2018, e, em especial, a **Proposta de Preços** e os **Documentos de Habilitação** da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a **prestação de serviços de transporte escolar de alunos das redes municipal e estadual de ensino com condutor e monitor** pela Contratante, relativos à seguinte linha:

LINHA	TRAJETO	TURNO	KM	VEÍCULO UTILIZADO	QUANTIDADE DE LUGARES
07	<p><u>Itinerário da ida:</u> Partindo da cidade às 05h20min, inicia-se a rota seguindo pela Rodovia José Jacinto de Medeiros, em direção ao Bairro Água da Gruta, até as propriedades Fazenda Água da Gruta, Fazenda Gruta Azul e Fazenda Santa Mônica. Logo após segue para o Bairro Amargoso, até a propriedade Chácara Dois Irmãos, finalizando o percurso na propriedade Chácara "BM", percorrendo um trajeto de 55,5 km (cinquenta e cinco quilômetros e quinhentos metros). Por fim, volta a cede do município, seguindo pela rodovia José Jacinto de Medeiros – somando mais 4,5 km (quatro quilômetros e quinhentos metros). Encerra a rota, perfazendo um total de 60 km (sessenta quilômetros).</p> <p><u>Itinerário da volta:</u> Partindo da cidade às 12h20min, inicia-se a rota em direção ao Bairro Amargoso, até as propriedades Chácara Dois Irmãos e</p>	MANHÃ	120	KOMBI	12

<p>Chácara "BM". Depois seguindo pela Rodovia José Jacinto de Medeiros, sentido ao Bairro Água da Gruta, vai até as propriedades Fazenda Santa Mônica e Fazenda Gruta Azul, finalizando o percurso na propriedade Fazenda Água da Gruta, percorrendo um trajeto de 33,5 km (trinta e três quilômetros e quinhentos metros). Por fim, retorna para a sede do município pela Rodovia José Jacinto de Medeiros - somando mais 26,5 km (vinte e seis quilômetros e quinhentos metros). Encerra a rota, perfazendo um total de 60 km (sessenta quilômetros).</p>				
---	--	--	--	--

§ 1º O veículo a ser utilizado pela Contratada no transporte de alunos da linha especificada nesta Clausula será o seguinte:

Marca: VW/KOMBI
Ano fabricação/modelo: 2009/2009
Tipo: POS/MICOONIB
Cor: BRANCA
Lotação: 12
Renavan: 00127491341
Placa: BWK 7254
Proprietário: Luiz Carlos Bento

§ 2º O condutor responsável pela condução do veículo descrito no § 1º, será o seguinte:

Nome: Luiz Carlos Bento
Endereço: Sítio São José, s/n KM 03 – Bairro Formiga – Taciba - SP
Número da CNH:01642273649
Categoria de Habilitação: D
Validade: 28/01/2020

§ 3º O monitor que acompanhará o condutor responsável pela condução do veículo descrito no § 1º, será o seguinte:

Nome: Renata Aparecida Mendes Silva
Endereço: Rua José Siqueira Sobrinho, 30 – Bairro São Francisco – Taciba - SP
CPF:121.007.428-17
RG: 26658519 SSP/SP

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses** a partir de sua assinatura.

Parágrafo único. O prazo contratual poderá ser prorrogado por até **60 (sessenta) meses**, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão a conta dos recursos consignados no orçamento vigente, assim classificadas e codificadas: **3.3.90.39 - Ficha 135 e 3.3.90.39 - Ficha 136.**

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento do(s) objeto(s) deste Contrato, a Contratante pagará a Contratada o preço certo de R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) por KM rodado, totalizando o valor de R\$ 74.530,80 (setenta e quatro mil, quinhentos e trinta reais e oitenta centavos) em 201 dias letivos.

§ 1º O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

§ 2º As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da Contratada.

§ 3º Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela Contratada de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do § 1º será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

§ 4º Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à Contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO

O objeto deste Contrato será fornecido nas condições especificadas na Clausula Segunda deste Contrato.

Parágrafo Único. Os serviços serão recebidos:

a) provisoriamente, pelo órgão recebedor do objeto, na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações; e

b) definitivamente, pelo responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no § 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pela Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto e da sua instalação.

CLÁUSULA SÉTIMA - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ocorrendo alteração das condições econômicas fundamentais preexistentes na assinatura do Contrato, será assegurada a recuperação dos valores ora contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na conformidade do disposto no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES CONTRATUAIS

Fica assegurado a Contratante o direito de contratar acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicialmente adjudicado na forma da Lei conforme prevê o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

A Contratada não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sob pena de rescisão deste instrumento, sendo a contratada a única responsável pelo objeto contratado, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar à Contratante e/ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO DO CONTRATO

O presente Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pela sua inexecução, total ou parcial, que ensejará rescisão do ajuste, mediante comunicação escrita à outra parte, com as consequências previstas em lei.

Parágrafo único. Aplicam-se ao presente Contrato os casos de rescisão administrativa previstos nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/93, com as penalidades previstas no art. 80 da mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93, sempre na forma de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES

Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas neste contrato, ficará a Contratada sujeita às seguintes penalidades, previstas no art. 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93:

- I. advertência;
- II. multa moratória de 1,0 % (um por cento) ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a Administração, por prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, na forma do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º A aplicação de qualquer das penalidades previstas nesta Cláusula realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93.

§ 2º Sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

§ 3º A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

§ 4º As multas aplicadas devem ser recolhidas a favor da Contratante em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo ainda ser descontados tais valores de créditos da Contratada por ocasião de seu pagamento, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666/93, será designado representante da Contratante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

Paragrafo único. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida a prestação de garantia para esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;

Paragrafo único. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

§ 1º Fica a Contratada responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento do objeto deste contrato, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.

§ 2º A Contratada, sob nenhum pretexto, poderá utilizar-se de outro veículo, condutor ou monitor se não aqueles descritos e qualificados na Cláusula Primeira deste contrato a não ser que tenha expressa autorização da Contratante.

§ 3º A Contratada deverá organizar-se em termos de horário, de modo a partir do ponto inicial em horário que permita, em tráfego moderado, chegar ao ponto final da Linha, com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência do início das aulas.

§ 4º Eventualmente comprometerá a Contratada a transportar os alunos em horário especial, se assim for determinado pela Contratante, em decorrência de feriados ou festividades cívicas, inclusive em viagens extras que se façam necessárias no transporte escolar.

§ 5º Se, por motivo de força maior, não puder a Contratada efetuar o transporte em sua linha, deverá em tempo hábil, providenciar o suprimento do transporte, contratando as suas expensas outro veículo com as mesmas características de segurança, comunicando o fato a Contratante, fazendo com que, em nenhuma hipótese, haja a falta de transporte para os alunos em dia letivo.

§ 6º Fica a Contratada responsável civil e criminalmente, com exclusividade, a qualquer dano que venha a provocar a terceiros ou a Administração, em decorrência da execução do serviço ora contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento contratual será publicado na forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Regente Feijó - SP, para dirimir todas as questões deste Contrato, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Taciba, em 18 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE TACIBA
Contratante

LUIZ CARLOS BENTO TACIBA ME
Contratada

Testemunhas:

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Taciba

CONTRATADA: LUIZ CARLOS BENTO TACIBA ME

CONTRATO Nº: 21/2018

OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviços de transporte escolar de alunos das redes municipal e estadual de ensino com condutor e monitor.

ADVOGADO(S): Dr. Odete Luiza de Souza – OAB/SP 131.151

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Taciba, 18 de junho de 2018.

Nome: Alair Antonio Batista
Cargo: Prefeito Municipal
Email.inst.: gabinete@taciba.sp.gov.br
Email pessoal: alairantoniobatista@hotmail.com

Nome: Luiz Carlos Bento
Cargo: Proprietário
Email inst.: contabilidade_despachante@hotmail.com
Email pessoal:

Alair Antonio Batista

Luiz Carlos Bento